

LUCIANA MÜLLER
lmuller@com.br

Terceirização

Nesta semana, o Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá (Sindsejun) protocolou ofício no Paço Municipal questionando sobre terceirização no serviço público, tendo em vista a aprovação pela Câmara dos Deputados, há algumas semanas, da legislação que viabiliza a terceirização em todos os ambientes, inclusive nos poderes governamentais.

Cartazes no plenário

Na Sessão da Câmara de Jundiá da última terça-feira (11), representantes do Sindicato dos Servidores de Jundiá levaram cartazes sobre o assunto no plenário. Vereadores, principalmente da base, informaram que não há intenção da administração municipal de Jundiá em terceirizar posições.

Em várias áreas

Questionada pela reportagem do JJ, a assessoria de comunicação do Executivo de Jundiá informa que "a terceirização junto à Prefeitura de Jundiá ocorre como em outros órgãos públicos. Passa por regular processo de contratação, com base nas Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) e Lei 10.520/02 (Lei do Pregão)" e ocorre em áreas como limpeza, locação de veículos, manutenção de áreas públicas e coleta de lixo."

Legislação

Ainda de acordo com a nota da prefeitura, "quanto à Lei 13.429/17, ainda é preciso realizar uma análise mais profunda, por ser de recente edição, mas, a princípio, não altera o panorama das contratações na administração. Essa legislação não tratou especificamente da terceirização no setor público, sendo que sua análise também deve ser feita ponderando-se o princípio do concurso público."

Lava Jato

Com a decisão do ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), que autorizou abertura de 76 inquéritos para investigar pessoas citadas nas delações da Odebrecht, subiu para 195 o número de investigações na Corte a partir da Operação Lava Jato. As informações são da Agência Brasil. Antes das decisões, 109 parlamentares, ministros e outros envolvidos eram investigados no STF. Entre os parlamentares que serão processados no Supremo estão 16 nomes do PT, 14 do PMDB e 11 do PSDB. (Folhapress)

Ranking do caixa 2

O ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) e outros políticos do Rio, entre eles o atual governador, Luiz Fernando Pezão (PMDB), lideram um ranking de planilha de caixa 2 entregue pela Odebrecht em sua delação premiada. O documento traz o nome de 182 políticos com a indicação dos apelidos pelos quais eram identificados e qual era a contrapartida esperada pela empreiteira. (Folhapress)

► DINHEIRO EM CAIXA

Casas de Leis do Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ) não apontam mudanças em relação ao ano anterior

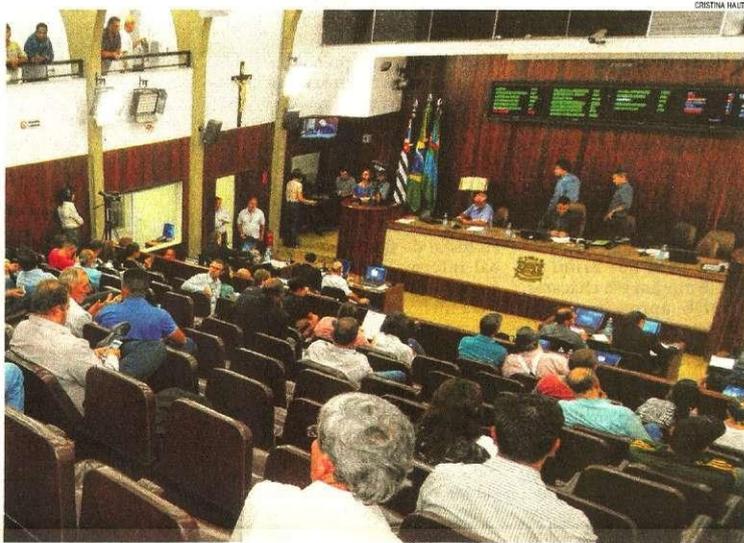
Orçamentos das Câmaras sofrem pouco acréscimo

LUCIANA MÜLLER
lmuller@com.br

Em ano de crise, os orçamentos das Câmaras Municipais do Aglomerado Urbano de Jundiá não foram reduzidos, mas também não tiveram grandes acréscimos. As cidades concederam reajuste no orçamento da Casa de Leis, conforme legislação municipal, porém resta pouco espaço para investimentos, reformas ou projetos de destaque.

Jundiá, cidade com maior número de habitantes (405.704) e vereadores (19), teve orçamento em 2016 da Câmara Municipal de R\$ 36,305 milhões. Para este ano, o valor é de R\$ 39,937 milhões. O aumento é derivado de projeção da inflação para o exercício atual, segundo informações da Diretoria Administrativa. Em termos de pessoal, a Casa está com dois servidores efetivos a menos (de 90 para 88) e permanece com 45 comissionados. De acordo com nota encaminhada pela Diretoria Financeira da Câmara de Jundiá, a Casa está em processos "internos para a contratação de serviços de engenharia visando a elaboração de laudo de inspeção predial para indicações de correções das anomalias existentes no prédio anexo". Contudo, a obra não está prevista no orçamento.

Com a terceira menor população do AUJ, 47.210, Cabreúva teve um acréscimo de apenas R\$ 185 mil em relação ao orçamento da Câmara Municipal no ano passado, que passou de R\$ 2,255 milhões para R\$ 2,440



DINHEIRO Sobra pouco para investir em projetos, neste ano, com crise econômica e pouco reajuste em relação ao ano anterior

milhões. De acordo com informações do diretor de Secretaria da Casa, Benito Ferrúcio Marchiori Júnior, existe a intenção de "melhorar o sistema de votação dos projetos e demais proposições, além de estruturar fisicamente o prédio do Legislativo para que possam ser chamadas as pessoas que foram aprovadas no concurso público realizado no ano passado." Não houve aumento no número de pessoas trabalhando na Casa.

Já a Câmara de Louveira foi a única que reduziu o orçamento, tendo reservado para este ano R\$ 24,670 milhões, contra o valor de R\$ 25,270, no ano anterior. Segundo nota encaminhada

pela assessoria de imprensa, "o orçamento atende ao custo da Casa e às obras em andamento, como a conclusão do edifício garagem e departamentos na Câmara." Devido às obras de duplicação da Rodovia Romildo Prado, segundo informa Celso Oliveira, diretor de Comunicação da Câmara de Louveira, a área externa de estacionamento será utilizada pela concessionária. Desta forma, a gestão anterior optou por construir um edifício com 150 vagas para estacionamento e mais salas para abrigar setores administrativos. O custo da obra, licitado em mais de R\$ 16 milhões, impacta no orçamento de 2017 da Casa de Leis.

Completamente sem projetos adicionais para o ano, a Câmara de Campo Limpo Paulista acrescentou 1,44% ao orçamento em relação ao do ano passado. Dos R\$ 7,9 milhões, passou para R\$ 8,013 milhões. Esta verba, segundo nota encaminhada pela assessoria de comunicação, "destina-se apenas às despesas da Câmara e de pessoal, segundo as normas da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), não havendo projetos adicionais. Há todavia uma reforma administrativa em trâmite." Ainda de acordo com o texto, "apesar de ter havido um aumento no número de vereadores (de 10 para 13), não houve aumen-

to no número de servidores e sim diminuição. Em dezembro de 2016 existiam 39 servidores e atualmente são apenas 27."

Com orçamento de R\$ 8,340 milhões, a Câmara de Várzea Paulista atende a legislação que exige 6% do orçamento do município para o Legislativo. No ano anterior, o valor foi menor, R\$ 7,815 milhões. A verba custeia 43 pessoas, entre assessores, vereadores e servidores da Casa, além do próprio local. A única ampliação em termos de funcionalismo foi o acréscimo de um procurador.

A Câmara de Itupeva também aumentou pouco seu orçamento para este ano. Dos R\$ 11,234 milhões do ano passado, o Legislativo itupevense passa a ter disponível neste ano R\$ 12,225 milhões direcionados para manter o funcionamento da Casa e efetuar manutenção do prédio, conforme as necessidades. Lá foram extintos 18 cargos de comissionados, mas está em andamento um concurso público, segundo informa a nota da assessoria de imprensa. Porém, não foi divulgada a quantidade total de servidores no local nem de cargos comissionados. Ainda de acordo com a nota, "o que não foi utilizado do orçamento será devolvido para a prefeitura de maneira referendada, para ser investido em viaturas para a Guarda Municipal, compra de ambulância etc".

A única Câmara do AUJ a não informar o orçamento foi a de Jarinu.

► DELAÇÕES PREMIADAS

Odebrecht diz ter pago R\$ 7 mi para aprovar MP no Congresso

Os depoimentos das delações premiadas de executivos da Odebrecht, revelados após a liberação do sigilo dos inquéritos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), apontam que a empresa não apenas fazia pagamento de caixa 2 para campanhas eleitorais dos principais partidos políticos, mas também agia durante a tramitação de medidas de interesse da empreiteira no Congresso Nacional.

Para conseguir aprovar uma medida provisória em 2013, a empreiteira diz ter pago R\$ 7 milhões a parlamentares. Entre os beneficiários estariam os atuais presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Além dos senadores do PMDB Renan Calheiros (AL) e Romero Jucá (RR) e o deputado Lúcio Viera Lima (BA), também da sigla. A medida provisória aprovada reduz a cobrança de impostos no setor químico, beneficiando economicamente a empresa Braskem, do grupo Odebrecht.

O ex-executivo da empreiteira Cláudio Melo Filho, em delação, disse que

não tratou diretamente com o presidente do Senado, mas com um suposto intermediário. "A gente recebe uma pessoa e essa pessoa vem falar também desse repasse que estava sendo feito de R\$ 2 milhões e pouco. E a gente veio saber que essa pessoa era um preposto do senador Eunício Oliveira. Eu não tratei nada com o senador Eunício Oliveira, assim como não tratei nada com o senador Renan Calheiros, mas há esse direcionamento", afirmou Melo Filho.

Planilhas

O atual presidente do Senado teria recebido mais de R\$ 2 milhões segundo planilhas da Odebrecht apresentadas pelos delatores. Já Rodrigo Maia teria recebido R\$ 100 mil.

Em nota, Eunício Oliveira diz que usará o amplo direito de defesa e que a Justiça brasileira tem maturidade para "separar verdades de mentiras ou versões alternativas". Os demais citados na reportagem também negaram o recebimento de vantagem indevida.

Investigação

O presidente da Câmara ainda será investigado em um outro inquérito. Em delação premiada, o ex-executivo Benedicto Júnior disse que pagou, a pedido de Rodrigo Maia, R\$ 950 mil para as campanhas eleitorais do partido Democratas em 2008 e 2010. O ex-funcionário da Odebrecht alegou que a intenção da empresa era manter uma relação próxima de Maia e do pai dele, César Maia, ex-prefeito do Rio de Janeiro.

"Essas duas pessoas tinham um poder de influência no sistema político do Rio de Janeiro muito grande. Era objetivamente ter uma relação próxima e de confiança com o Rodrigo e o César", explicou.

O delator afirma que os recursos não foram declarados à Justiça, o que configuraria caixa 2. Rodrigo Maia afirmou que são falsas as citações dos delatores e que confia que os inquéritos serão arquivados. O presidente da Câmara também afirmou confiar na Justiça e na Polícia Federal. (Agência Brasil)

► PALÁCIO DO JABURU

Temer discute reforma da Previdência amanhã

O domingo de Páscoa será movimentado no Palácio do Jaburu, residência oficial da vice-presidência da República. Na noite de domingo (16), o presidente Michel Temer vai reunir líderes da base aliada na Câmara, o relator da reforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-BA), o presidente da comissão criada para debater o tema, Carlos Marun (PMDB-MS), e o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em um jantar. A expectativa é que os ministros Antonio Imbassahy, da Secretaria de Governo, e Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência, também participem do encontro.

A pauta será, como tem sido ao longo das últimas semanas, a reforma da Previdência. O governo acredita que a flexibilização de cinco pontos da proposta ajudou a conseguir mais votos favoráveis. Assessores próximos da cúpula do Palácio do Planalto afirmam que o governo espera reverter o quadro em favor do relatório de Arthur Maia.

A reforma da Previdência é considerada por Temer e sua equipe como medida essencial para a recuperação da economia do País. Por is-

so, nem a lista de inquiridos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), que colocou sob investigação dezenas de parlamentares e oito ministros no âmbito da Operação Lava Jato, diminuirá o ritmo das reuniões e negociações em prol da aprovação da reforma.

Cenário pós-delações

A lista de políticos envolvidos nas investigações da Lava Jato foi tema de conversas no Palácio do Planalto e deverá ser também uma das pautas do jantar de domingo. No entanto, circula na cúpula do governo e também entre os líderes da base aliada na Câmara, a impressão de que o recente episódio pode até acelerar a aprovação da reforma da Previdência.

O entendimento é que com a reforma aprovada e o cenário econômico próspero, será mais fácil para os parlamentares lidarem com os efeitos das denúncias de corrupção. A entrega do relatório, segundo Arthur Maia, deverá ocorrer na próxima terça-feira (18), o que torna os próximos dias decisivos para o governo Temer e um teste importante da fidelidade dos parlamentares da base aliada. (Agência Brasil)